

**Universidade Católica Portuguesa**  
**Faculdade De Ciências Humanas**  
**Licenciatura Em Sociologia, Variante De Ciência Política**  
**Tutoria, Tradição Dos Grandes Livros**

## **O PENSAMENTO POLÍTICO DE CÍCERO**

---

*Em De Res Publica E A Sua Ligação Com De Officiis*

**Leonor Ramires Pinto**  
**Nº 132001039**

# O PENSAMENTO POLÍTICO DE CÍCERO

## Em *De Re Publica* E A Sua Ligação Com *De Officiis*

---

De forma a podermos compreender o pensamento político de Cícero, é necessário que primeiramente nos debrucemos sobre conceitos como os de *res publica*, *bona fides*, entre outros.

O conceito de *res publica* é em Cícero um conceito notoriamente elástico, pois pode ter vários significados. Tanto pode ser a actividade pública, como assuntos ou negócios públicos, pode ser o interesse público, assim como pode ser o principal beneficiário do interesse público, pode no entanto ser ainda a comunidade constituída pelos cidadãos (*civitas*) ou pelo povo (*populus*), e no sentido mais extremo de patriotismo pode ser a nação.

Trataremos agora do conceito de *bona fides*. O que é a *bona fides*? Em português traduzir-se-ia por boa-fé. E o que é boa fé? A *bona fides* ou boa fé é cumprir as promessas, honrar os negócios e os contratos. É fazer acordos com a intenção de os cumprir. E fazer isto tudo com boa vontade, convicção, honra, empenhamento, respeitabilidade e responsabilidade, confiança e verdade, enfim, como diria Cícero, com sublime dignidade.

A *bona fides* é tida como a segunda maior virtude para os Romanos, sendo a primeira a Justiça. Tal como a *bona fides* gira em torno da Justiça, existem outras virtudes que giram em torno da *bona fides* como a magnanimidade, a bondade, a generosidade, a tolerância, a caridade, a amabilidade, a benevolência, entre outras.

Julgar com prudência, numa perspectiva tolerante, e avaliar sabiamente os objectivos mais correctos, significa reconhecermos que estamos apenas a cumprir o nosso dever. *A cumprir o nosso dever*. É este o princípio geral que orienta o pensamento moral de Cícero. O dever está sempre presente como elemento central das virtudes que Cícero considera essenciais ao carácter moral da pessoa humana e à sensatez do Estado.

Cícero acreditava se não houvesse virtude no homem, também a não existiria no estado. Assim como também acreditava, que tal como o homem evolui, assim evoluirá a sociedade, a lei e o governo. Logo, era extremamente importante para Cícero a existência

da virtude no homem, pois se esta não existisse no homem, também não existiria no estado. Pois a ciência de governar, o “Estado de Direito”, o governo justo são produtos da virtude.

Quando Cícero tece considerações sobre o que devia ser o republicanismo chega à conclusão de que este é um paradigma legal da sociedade justa. Sendo uma república uma associação de parceria baseada na justiça... e visando o bem comum. O republicanismo é, em suma, um acordo feito de boa-fé. “Nada mais pode contribuir para que a república se mantenha solidamente do que a boa-fé.” (*De Officiis*, II, 84)

A lealdade para com as pessoas, as instituições e os ideais fornece uma noção-chave para mais um conjunto de virtudes intrínsecas à boa-fé entre o cidadão e o governo. Dificilmente se toleraria relações políticas sem lealdade. Cícero acreditava que os seres humanos têm uma necessidade de serem leais. Na verdade, a lealdade constitui a outra face da moeda que é a obrigação: o que não é leal trai os deveres e as responsabilidades de uma pessoa. A credibilidade, a constância, a confiança e a fidelidade, a honra, a capacidade de honrar os compromissos, a “dignidade do serviço público são uma ponte directa que ligam o cidadão ao magistrado. Pois, se não existir no magistrado lealdade para com o governo justo, a confiança dos cidadãos no legislador deixa de ter razão de ser. “[O magistrado] mantém o prestígio e a honra do estado, é o guardião das leis, administra a justiça e [está consciente] de que todas as coisas lhe fora confiadas.” (*De Officiis* I, 124).

A lealdade não pode ser unidireccional. Tem que ser recíproca. Os cidadão têm que ser leais às leis e ao estado justo. Estes, em virtude da justeza da sua natureza e da legitimidade das suas origens, devem merecer obediência. Somente quando a lei for um factor comum no estado, e tocar a todos de igual modo e for partilhado por todos os cidadãos é que merece obediência. E não o contrário.

A obrigação pessoal de ser justo – da justiça no indivíduo – tem dimensões cívicas directas, e, do mesmo modo, o dever cívico de se ser justo leva, naturalmente, à justiça na comunidade política. Cícero foi o primeiro a ver isto. Se o indivíduo não for justo e não tiver boa-fé, é natural que o estado não possua boa-fé, e por conseguinte, não seja justo.

A república é uma associação resultante de um acordo mútuo, um corpo de cidadãos vinculados por uma única virtude, a *bona fides*. Para Cícero, o republicanismo era

idêntico não ao governo popular mas sim ao constitucionalismo, o que implica o governo da lei, ou seja, restrições ao poder coercivo e aos governantes que ficam sujeitos às mesmas leis que os governados. Isto significa, teoricamente, que se o “povo” governa (faz as leis), o seu governo terá de ser constitucionalmente limitado e restrito.

O governo não tem de ser necessariamente de ser exercido pelo “povo”. Seja qual for o órgão que governe, apenas terá de ser para o “povo”. O interesse público conta. O bem comum em primeiro lugar. Cícero defende deste modo um *governo misto*. Um governo representativo, claramente. Uma democracia, pois esta tende a gerar uma cidadania mais informada, educada e próspera.

O “povo”, o interesse público – *res publica* – é constituído por “aqueles que se encontram vinculados por um acordo no que diz respeito à justiça e a uma parceria com vista ao bem comum”. O que é ser uma sociedade, beneficiar de ligações sociais de confiança, unir, viver em igualdade sob uma lei e um governo – os ideais de Cícero – tudo isto significa também sancionar um pacto implícito. Tal exige boa-fé que, quando ausente, sabota “o espírito social implantado no homem pela natureza”.

Nesse caso, um processo de governo misto significa tanto a elite como o homem comum, ligados por um pacto e uma promessa. Os governos mistos são equilibrados e mais estáveis. A república de Cícero e as suas leis descrevem essa forma de governo misto.

Não era por advogar uma forma de governo estado misto que Cícero era democrata.

Cícero fala de imparcialidade na lei. Um estado justo e um estado imparcial, diz ele. Leis iguais “são para todo o povo”. “Os direitos legais são para todos”.

A república de Cícero pode ser considerada quase-democrática. Pois Cícero parece estar dividido entre um governo dos melhores visando o bem comum – representado pelo senado, de uma certa forma incapaz de governar e uma profunda suspeita quanto às capacidades de virtude do homem comum – o governo de todos para todos visando o bem comum.

A república de Cícero, aquela que visa o bem comum, mas só é governada por alguns pode-se definir/justificar em três pontos:

- (1) Pessoas sensatas e conhecedoras devem governar. Já Platão aduzia que o “povo” nunca é sensato. Os senadores<sup>1</sup> são os mais sensatos.
- (2) Os deveres específicos das funções dos magistrados exigem que seja instituída uma longa formação que os prepare para o exercício desses deveres. Parte desta formação ou educação, nomeadamente aquela que melhor se aprende através de modelos, é obtida na família ou através de relações com os pares – começa no nascimento. Isto implica uma continuidade de ancestralidade e de geração e laços familiares fortes.
- (3) A outra face da moeda é que a “igualdade de todas as coisas” se levada a sério, é desastre social. Sem as estruturas múltiplas, desiguais nos corpos intermediários surge a anarquia e é mais fácil aos tiranos comandar as massas. Se as instituições sociais não forem prevacentes, diferenciadas e fortemente estruturadas, há um colapso da vida social e a política controla tudo.

Há uma faceta de Cícero que não pode deixar de aparecer, o seu elitismo, de certo modo é lamentável. Pois neste aspecto o seu modo de pensar acaba por se revelar frágil, ora, por tudo o que o “povo” possa ser, não se pode dizer que os aristocratas, como classe, detêm preferencialmente a boa-fé.

---

<sup>1</sup> Vem do Latim, *senex*, homem velho.